

# O Conde de Dundonald e o Brasil

GM Elias Luiz Pedron Moschen

*"I'm more afraid of our own blunders than of the enemy's devices"*

*Tucídides, História da Guerra do Peloponeso Livro I, Capítulo V*

A apreciação histórica do processo de Independência brasileiro passa, necessariamente, pela análise do que poderiam ser considerados seus precedentes imediatos. As intimações, dadas a D. João VI a fim de requisitar sua presença em terras portuguesas pelos signatários da Revolução Liberal do Porto, visavam à recuperação da dignidade dos territórios portugueses dentro de uma política orgânica característica das monarquias Ibéricas, dita sinodal.

A eventual saída do monarca para Portugal e o estabelecimento das discussões constituintes, no entanto, vieram acompanhadas de um recrudescimento das relações de submissão política anteriormente estabelecidas entre Portugal e as terras brasileiras, pois que a liberalidade constituinte almejada pelos revolucionários não se estenderia para as paragens tupiniquins. Na realidade, é possível afirmar-se que um pilar importante no processo de reestabelecimento de Portugal enquanto centro do Império português, Império aqui usado *lato sensu*, passava pelo rebaixamento da condição alcançada pelo Brasil durante a presença da família real.

Obviamente, as mesmas reações que levaram ao surgir de inquietações políticas pelo rebaixamento da dignidade régia de Portugal tendiam a se repetir aqui, ainda mais acentuadas pela gravidade das propostas advindas da centralidade portuguesa, que visavam à diminuição da autoridade do Príncipe Regente D. Pedro através da oferta de um caminho de submissão direta das autoridades provinciais às cortes em Portugal, restringindo a efetividade das decisões tomadas pelo Príncipe.



*Thomas Cochrane, 10º Conde de Dundonald.  
Retrato por James Ramsay*



Quando da chegada da convocação das cortes pela presença de D. Pedro, este, reticente a princípio, mas confiante no apoio de seus partidários, declarou sua oposição inicial aos propósitos das cortes em janeiro, dia nove, no chamado “Dia do Fico”, e, posteriormente, declarou a Independência do Brasil à sete de setembro, na culminância do processo de cisão política começado durante as medidas da Revolução do Porto.

Este trabalho discorre sobre as visões estabelecidas pelo Almirante Cochrane sobre seu serviço nesses processos de Independência do Império do Brasil, isto é, qual a valoração que este fazia de suas ações, assim como alguns comentários pertinentes a esta discussão.

## A situação do Brasil

O Brasil fora, tanto por motivos econômicos quanto por motivos geográficos e pelos consequentes motivos políticos, dividido em dois centros de poder diversos, culminando em duas zonas de influência, marcadas pelo seu posicionamento geográfico no continente.

No âmbito econômico, as províncias do Norte, mais antigas em seu ciclo de produção de capital, caracterizado pela manufatura açucareira e relacionamento entre as províncias ultramarinas e Portugal, eram marcadas por uma maior duração da associação com a organicidade política portuguesa, e, portanto, maior influência desta.

As províncias do Sul, associadas ao escoamento de ouro das Minas Gerais e demais associações econômicas marcadas pela logística de tal produto, assim como pelo surgimento posterior do ciclo cafeeiro e seu estabelecimento, eram marcadas pela centralidade administrativa trazida pela presença régia, dadas a uma regulação de certa forma independente, e alinhadas com necessidades propriamente burocráticas.<sup>1</sup>

Nesse mesmo sentido, pode-se afirmar a divisão trazida, na era da vela, pela presença do Cabo de São Roque, um acidente costeiro que dificultava a ligação comercial entre os polos das regionalidades provincianas, ponto que se pode apontar como responsável pela maior ligação das províncias nortistas, comercialmente falando, com os territórios ultramarinos e com Portugal em si. Este cabo, posteriormente vencido pela inserção das máquinas a vapor, se mostrava como uma dificuldade devido às características das naus da época, que eram incapazes de cruzar o cabo devido ao incômodo encontro entre o fluxo de correntes e os ventos.

Dessas duas divisões, não resulta difícil concluir que os alinhamentos políticos dos dois polos divergissem grandemente entre si. As lealdades das províncias do Norte eram com seus parceiros comerciais, laços de sangue e

<sup>1</sup> LIMA, Oliveira. O Movimento da Independência. São Paulo: Itatiaia, 1989.

laços políticos conquistados ao custo de sangue, derramado nos processos de reconquista da França Equinocial e das ocupações holandesas.<sup>2</sup>

As províncias do Sul, e o Rio de Janeiro em particular, eram mais acostumadas à autogestão, não sendo raras as ocasiões em que o auxílio para a expulsão de inimigos e invasores, estando eles no continente americano ou africano, partissem de decisões individualizadas de indivíduos como Correia de Sá, em seu processo para a reconquista da Angola.<sup>3</sup>

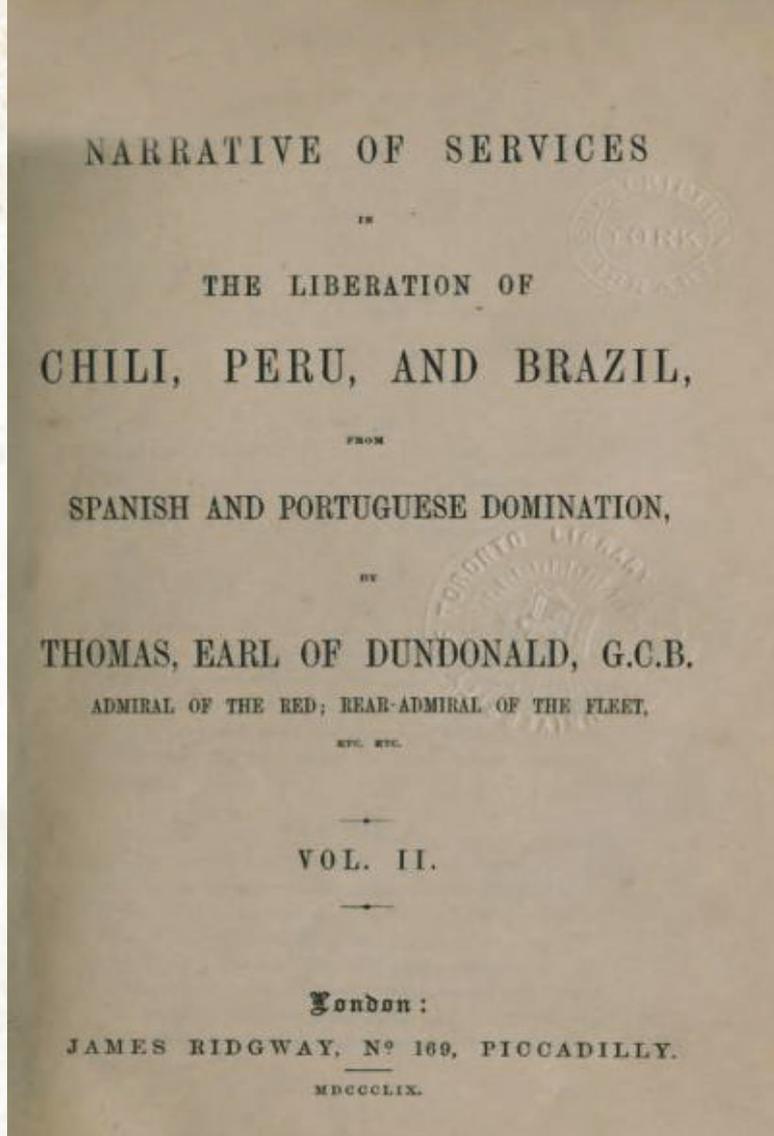
Assim, não seria equivocado afirmar que no Norte prevaleciam facções com foco na associação com Portugal, enquanto que, no Sul, seria mais vantajoso considerar a possibilidade de uma autogestão, como propriamente indicado pelo apoio dado à decisão de permanecer no Brasil e desafiar a decisão das cortes, tomada por D. Pedro (ou então, em fato associado, pelo número vultoso de oito mil assinaturas que acabaram por convencer o monarca a permanecer no Rio de Janeiro).

## O Conde de Dundonald

Quando da declaração da Independência do Brasil, as resistências das províncias mais afastadas resultaram em conflitos armados. Aqui os laços portugueses do Brasil se mostram como problema, pois que os navios disponíveis para a formação de uma Armada eram, em sua maioria, associados ao comércio ou ao Estado português, assim como as suas tripulações, como será apontado mais à frente. De mesma forma, os exércitos eram comandados por oficialidade portuguesa, assim como os vasos de guerra, cuja lealdade duvidosa não carece de explicação.<sup>4</sup>

Nesse sentido, e dada a premência dos conflitos para garantir tanto a unidade Imperial quanto a menor resistência possível, tornou-se necessário estabelecer a atuação de oficiais de nações estrangeiras. Assim, dezesseis oficiais foram convidados a prestarem seus serviços à causa brasileira, e, dentre desses, figurava o 10º Conde de Dundonald, Thomas Cochrane.

Devido a alguns infortúnios que lhe sucederam, o Conde aceitou o convite do Chile para tomar parte na sua guerra de independência, em 1817. É na posição de Almirante no Chile que encontra o convite estendido por D. Pedro I para que este viesse auxiliar no estabelecimento da Independência do Império do Brasil.<sup>5</sup>



## A visão de Cochrane: a Armada brasileira, sua própria atuação, a situação do Brasil

A obra em que se escrevem as memórias de tal serviço, nomeada *Narrative of Services in the Liberation of Chili, Peru and Brazil*, foi escrita pelo Conde de seu próprio punho. O teor, no entanto, não é autobiográfico, antes, escusatório.

Sendo advindo de uma visão unilateral, não se pretende nessas páginas proclamar algum juízo de valor sobre a veracidade das explicações e narrativa, mas antes, obter deste autor sua visão sobre a importância da Armada Imperial no processo de Independência do Brasil.

Nas páginas iniciais, julga o autor necessário explicar as condições de seu convite ao serviço do Brasil, o processo da viagem e sua impressão inicial dos vasos brasi-

<sup>2</sup> MELLO, Evaldo Cabral de. Uma outra independência: o federalismo pernambucano (1817-1824). São Paulo: Editora 34, 2014.

<sup>3</sup> BOXER, Charles. Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973.

<sup>4</sup> BITTENCOURT, Armando de Senna (org.). Introdução à História Marítima. Rio de Janeiro: SDM, 2006.

<sup>5</sup> MARTINS, Hélio Leôncio. Almirante Lord Cochrane: uma figura polêmica. Rio de Janeiro: Clube Naval, 1997.

leiros, onde criticou o salário fornecido aos marinheiros, dez mil réis mais barato que o serviço nos barcos mercantes. Para a nau, tomaria por capitânia a *Pedro I*, elogiou suas provisões e navegabilidade.

Com relação à tripulação, afirmou que “[os homens] *were of a very questionable description - consisting of the worst class of Portuguese, with whom the Brazilian portion of the men had an evident disinclination to mingle*” (Ibidem, Não paginado), ainda citando a relutância do Imperador em apontar que estes homens combateriam seus compatriotas, através do uso de frases como “ataque às forças parlamentares portuguesas”, com o que buscava indicar que a guerra seria feita contra as cortes, não contra Portugal ou seu rei.

No decorrer da narrativa, começa a se configurar uma afirmação que vai permear o eixo lógico da obra, que apontava para a existência de partidos diversos nos jogos políticos do Império, nomeados pelo autor como “facção portuguesa” e “facção brasileira” ou “patriótica”. Essa bilateralidade, assim como no plano físico, marcaria um esforço cisalhante no tecido social do Império, pois que seria do interesse da “facção portuguesa” o retorno ao *status quo* anterior ao da proclamação da Independência, contribuindo, para isso, com a promulgação de caos social, ódio contra a figura do Almirante e divisão entre os centros políticos do Império.

No dia 4 de Abril, a Armada brasileira encontrou a força do Almirante português, no que Cochrane, com um menor número de navios e desconfiado de sua

tripulação, optou por não combater de forma direta, mas antes, tendo visto na linha inimiga uma abertura, optou por quebrar a linha de batalha e separar quatro navios inimigos.

Tendo prosseguido com seu plano e sinalizado com as bandeiras, e afirmando em suas memórias que tal manobra seria capaz de prover vantagem no combate, o Almirante se surpreendeu quando nenhum dos navios de sua Armada seguiu seu exemplo.

Nas palavras do Almirante, “*extremely annoyed at this failure*” (Ibidem, Não paginado), Cochrane estabeleceu inquérito quanto à desobediência de suas ordens e demais acontecimentos, tendo concluído que a Armada, tendo sido apressada para se lançar ao mar, estava extremamente deficitária.

Com relação aos marinheiros, ele afirma que seria proveitoso a escolha de jovens de 14 a 20 anos para o treinamento, de forma que estes viessem a se tornar eficientes, já que “(os marinheiros brasileiros) *are not only totally unpractised in naval profession, but are too old to learn*” (Ibidem, Não paginado).

Tendo tomado ciência desta situação, Cochrane opta por dissolver o estado da Armada como antes estabelecido, tendo para isso ordenado que esta se concentrasse em Morro de São Paulo, na Bahia. Lá, ele retira todos os oficiais e marinheiros aptos dos outros navios da Armada e, com eles, equipa primariamente o capitânia *Pedro I*, e, secundariamente, o *Maria da Glória*.

Essa primeira escaramuça e contato do Almirante com sua Armada foram aqui relatados como forma de estabelecer uma consideração quanto à natureza de nossas forças no processo de Independência.

## Acusações

Ao longo da obra, encontram-se espalhadas diversas afirmações, acompanhadas de trechos de cartas, recibos, documentos e relatos que visam evidenciar o que o Conde de Dundonald apresenta como maquinações, incorreções e injustiças cometidas contra a sua pessoa e à coletânea de seus serviços.

Essas afirmações, de uma forma geral, giram em torno de quatro polos: a deturpação do poder provincial, o injustiçar de suas ações, a apreensão de coisas que o autor considerava suas por direito e as tentativas de rebaixamento político.

Essas atitudes eram consideradas pelo Almirante como maquinações da citada “facção portuguesa” a fim de promover a fraqueza do Império para a recuperação da condição anterior de colônia. A essas acusações, respondia com um memorando de suas visões do serviço que prestara à nação.



**Combate de 4 de maio de 1823, pintura do Almirante Trajano Augusto de Carvalho, que representa a saída da Esquadra brasileira rumo à Bahia, sob o comando do Almirante Cochrane**

## Conclusão

As palavras do Almirante, citadas em suas memórias, demonstram a importância que este associava às suas ações para o estabelecimento do Império e, portanto, da Independência. Cabem aqui, no entanto, algumas considerações.

Primeiramente, o caráter unilateral deste trabalho impede-o de ser capaz de formar imagem precisa da veracidade das afirmações apresentadas pelo Almirante Cochrane. Esse percalço, no entanto, não invalida a análise apreciativa de uma narrativa que parece se constituir de forma argumentativa, ainda que seja um momento inicial no processo de pesquisa deste tema.

Em sequência, as afirmações do Almirante devem ser tomadas com o devido peso. Não é novidade a necessidade de autopromoção, seja por razões de ego ou razões de serviço, e a narrativa histórica pode ser distorcida para servir ao narrador.

Da mesma forma, a narrativa não pode ser descartada, pois que os assuntos tratados pelo Almirante não são novidades na historiografia, e muito já se tem escrito nas constatações de assuntos como os “Brazis”, como o mesmo escreve em seu relato.

Qual é, no entanto, o papel da Armada Imperial no processo de Independência? Podemos retirar das memórias do Almirante Cochrane as ações realizadas pela força naval considerada. De um olhar técnico, temos um conjunto de manobras que podemos classificar em um agrupamento de atividades específicas. Inicialmente, o desembarque de tropas nas províncias do Norte e a posterior organização destas de forma a garantir a estabilidade do governo recém-instituído.

Posteriormente, o bombardeio de praças terrestres que, mesmo não realizado em grande escala nos primeiros embates do processo de Independência, se mostrou como manobra essencial para a demonstração de força e convencimento, principalmente de tropas reticentes, da necessidade de capitulação quando enfrentando a presença da Armada estabelecida em suas águas e baías.

Podemos, por fim, relatar a própria ação naval da Armada, elemento-chave na manutenção e estabelecimento da Independência nas províncias do Norte. As ações da Armada brasileira foram responsáveis pela expulsão da esquadra de bloqueio de Portugal da Bahia, sua posterior perseguição e captura de navios do comboio, pelo estabelecimento de defesas e, principalmente, pela rápida resposta oferecida quando da chegada de notícias de insurreições e conflitos. Na era considerada, foi a presença da Armada que permitiu a resolução eficiente do conflito, que, graças à

sua maior velocidade de ação, permitiu a derrubada dos sistemas opostos antes que estes pudessem se estabelecer de forma mais completa.

A Independência não foi o resultado de um relacionamento natural ou uma irmandade nascida de igual passado histórico, mas antes, uma situação forçada por circunstâncias externas, tal qual o desejo do regresso do monarca à sua terra natal, e posta em execução pela mão de um estrangeiro desafortunado que comandava força naval crucial para o estabelecimento de nossa unidade; homem que, movido por interesse pecuniário ou busca da restauração de sua honra, acabou por unificar dois territórios gêmeos através de manobras peculiares e escrever, ao longo de sua vida, seu nome nos anais da Independência de quatro países diferentes. ■

## Referências

- Mundo Educação. As Guerras de Independência. Disponível em <<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/as-guerras-independencia-brasil.html>> Acesso em 6 ago. 2021.

- Naval. Da Armada Real para a Marinha Imperial. Disponível em <<https://www.naval.com.br/blog/2020/06/20/da-armada-real-para-a-marinha-imperial/>> Acesso em 6 ago. 2021

- PAULA, Eurípedes Simões de. “Pequena nota sobre o papel da Marinha Imperial no processo da Independência”, 3ª Seção de Estudos, 1972. C:\Users\fabiana.silva\Marcello\Downloads\132001-Texto do artigo-252089-1-10-20170509.pdf

Encyclopaedia Britannica. Thomas Cochrane, 10th Earl of Dundonald. Disponível em <<https://www.britannica.com/biography/Thomas-Cochrane-10th-earl-of-Dundonald>>. Acesso em 6. ago. 2021

- XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, António Manuel. “A representação da sociedade e do poder”. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal: o Antigo Regime (1620-1807)*. Volume coordenado por António Manuel Hespanha. Lisboa: Estampa. 1993. v.4.

- BOXER, Charles Ralph. *A Idade de Ouro do Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Tradução de Nair de Lacerda; prefácio à terceira edição de Arno Wehling; prefácio à primeira edição de Carlos Rizzini. 3ª. ed., Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000 [1962].

- LIMA, Oliveira. *O Movimento da Independência*. São Paulo: Itatiaia, 1989

- MELLO, Evaldo Cabral de. *Uma outra independência: o federalismo pernambucano (1817-1824)*. São Paulo: Editora 34, 2014.

- BOXER, Charles. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1973.

- BITTENCOURT, Armando de Senna (org.). *Introdução à História Marítima*. Rio de Janeiro: SDM, 2006.

- MARTINS, Hélio Leôncio. *Almirante Lord Cochrane: uma figura polêmica*. Rio de Janeiro: Clube Naval, 1997.

- COCHRANE, Thomas. *Narrative of Services in the Liberation of Chili, Peru and Brazil, Volume 2*. USA, 2004, Não Paginado.